



SECRETARIA MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO

EDITAL SMED Nº 06, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o Processo de Seleção de Estudantes para o ingresso no “Projeto **PreparAção**”, curso preparatório destinado aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, do município de Santa Luzia, visando os exames de admissão de Instituições de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e similares.

O Prefeito Municipal e o Secretário de Educação do Município de Santa Luzia, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o compromisso da Administração Pública em elevar a qualidade do ensino e ampliar as oportunidades educacionais para os jovens Luzienses;

**CONSIDERANDO** a necessidade de oferecer suporte pedagógico complementar aos estudantes que finalizarão o Ensino Fundamental II, preparando-os para processos seletivos de instituições de excelência (CEFET-MG, IFMG, COLTEC e outros);

**CONSIDERANDO** o dever de incentivar a continuidade dos estudos em níveis técnicos e médios de alta performance;

**TORNAM PÚBLICO** a abertura de inscrições para o Processo de Seleção de Estudantes para o **Projeto PreparAção** – Ano Letivo 2026.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**1.1.** O presente Edital regulamenta a seleção de estudantes para preenchimento de vagas no **Projeto PreparAção**, iniciativa da Secretaria Municipal de Educação focada na recomposição e aprofundamento das aprendizagens.

**1.2.** O projeto tem como objetivo preparar os estudantes do 9º (nono) ano do Ensino Fundamental para os exames de seleção das Escolas Técnicas Federais e Estaduais (CEFET-MG, IFMG e COLTEC) e processos seletivos similares.

**1.3.** As aulas contemplarão os conteúdos programáticos das seguintes áreas do conhecimento:

Linguagens (Língua Portuguesa, Literatura e Redação);

Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Raciocínio Lógico, Cálculo);

Ciências da Natureza (Ciências, Física, Química);

Ciências Humanas (História e Geografia).

2- DO FUNCIONAMENTO E DAS VAGAS

**2.1.** O curso terá início previsto para **março de 2026**.

**2.2.** As atividades ocorrerão de **segunda a sexta-feira**, no **contraturno escolar** do estudante (das 07h às 11h30 ou das 13h às 17:30), acompanhando rigorosamente o calendário escolar regular da Rede Municipal de Ensino.

**2.3.** Serão ofertadas **300 (trezentas) vagas**, sendo subdividias em 3 turmas de 25 estudantes cada uma para cada turno de funcionamento, distribuidas em dois polos de atendimento (Sede e Distrito), conforme quadro abaixo:

POLO	ESCOLA	Nº DE VAGAS MANHÃ	Nº DE VAGAS TARDE	Nº TOTAL DE VAGAS
SEDE	Escola Municipal Dona Quita R. Totó Marcelino, 361 - Adeodato	75 Vagas (3 turmas)	75 Vagas (3 turmas)	150 Vagas
DISTRI-TO	Escola Municipal Miguel Resende R. Nossa Sra. de Fátima, 333 - São Benedito	75 Vagas (3 turmas)	75 Vagas (3 turmas)	150 Vagas

**2.4.** Os estudantes matriculados e frequentes no projeto terão direito à **alimentação escolar** fornecida regularmente no local do curso.

**2.5.** O transporte e o deslocamento dos estudantes para as unidades escolares onde o projeto será ministrado, (Escola Municipal Dona Quita ou Escola Municipal Miguel Resende) são de **inteira e exclusiva responsabilidade dos pais ou responsáveis legais**, não havendo fornecimento de transporte escolar específico para esta finalidade.

3- DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Poderão participar do processo seletivo os estudantes que preencham, obrigatoriamente, o seguinte requisito:

Estar devidamente matriculado e cursando o **9º (nono) ano do Ensino Fundamental no ano letivo de 2026**.

**3.2.** O projeto é aberto a estudantes provenientes:

Da Rede Municipal de Ensino de Santa Luzia;

Da Rede Estadual de Ensino;

Da Rede Privada de Ensino

4- DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO PRELIMINAR

**4.1.** As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente via internet, por meio de formulário eletrônico próprio, acessível pelo link: <https://bit.ly/smed-preparacao2026>

**4.2.** O período de inscrição será compreendido entre **05/01/2026 a 20/02/2026**

**4.3.** No ato da inscrição, o candidato/responsável deverá optar pelo Polo (Sede ou Distrito)

onde deseja concorrer à vaga, ciente de que não será permitida a troca de local após a efetivação da matrícula, salvo em casos excepcionais avaliados pela Secretaria Municipal de Educação.

**4.4.** As informações prestadas no formulário são de inteira responsabilidade dos pais ou responsáveis. Declarações falsas ou inexatas determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

5 - DA SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**5.1.** Caso o número de inscritos supere o número de vagas ofertadas por polo, a classificação obedecerá rigorosamente à seguinte ordem de prioridade:

**1ª Prioridade:** Estudantes matriculados na própria escola onde o curso será ofertado (E.M. Dona Quita para vagas da Sede; E.M. Miguel Resende para vagas do Distrito);

**2ª Prioridade:** Estudantes matriculados nas demais escolas da **Rede Municipal** de Santa Luzia;

**3ª Prioridade:** Estudantes matriculados na **Rede Estadual** de Ensino;

**4ª Prioridade:** Estudantes matriculados na **Rede Privada** de Ensino.

**5.2.** Persistindo o empate dentro de uma mesma categoria de prioridade, será utilizado como critério de desempate a maior idade do estudante (considerando dia, mês e ano de nascimento).

6 – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E MATRÍCULA

**6.1.** A lista de classificados (1ª chamada) e a lista de espera serão divulgadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

**6.2.** Para a efetivação da matrícula, os pais ou responsáveis pelo candidato classificado deverão comparecer ao local do curso munidos dos seguintes documentos (originais e cópias):

**Declaração de Escolaridade** atualizada, contendo explicitamente que o aluno está cursando o 9º ano em 2026 e o horário das aulas regulares (para comprovação de compatibilidade com o contraturno);

**Termo de Ciência e Autorização** assinado pelos Pais ou Responsáveis (modelo fornecido pela escola);

**02 (duas) fotos 3/4** recentes do estudante;

Cópia do **Documento de Identidade (RG)** do estudante;

Cópia do **CPF** do estudante;

**Comprovante de Endereço** atualizado;

Cópia do **Documento de Identidade (RG)** do Responsável Legal.

**6.3.** O candidato convocado que não comparecer para realizar a matrícula no prazo estipulado perderá o direito à vaga, sendo convocado o próximo candidato da lista de espera.

7- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**7.1.** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

**7.2.** A participação no Projeto PreparAção está condicionada ao cumprimento de frequência mínima, como forma de assegurar o adequado aproveitamento pedagógico e a efetiva ocupação das vagas ofertadas.

1º Considerar-se-á infrequência a ausência do estudante em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária mensal, sem justificativa formal, devidamente comunicada à coordenação do Projeto.

2º Antes de qualquer desligamento, o estudante em situação de infrequência será formalmente notificado, sendo-lhe assegurado o direito de apresentar justificativa, especialmente nos casos de:

I – problemas de saúde próprios ou de familiar;

II – vínculo empregatício ou alteração de jornada de trabalho;

III – responsabilidades familiares;

IV – outras situações de vulnerabilidade social devidamente comprovadas.

3º Persistindo a infrequência injustificada após a notificação e análise da justificativa apresentada, o estudante poderá ser desligado do Projeto, mediante decisão fundamentada da coordenação, com o objetivo de viabilizar o ingresso de candidato regularmente classificado em lista de espera.

4º O desligamento por infrequência deverá observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, dignidade da pessoa humana e da finalidade social do Projeto, não se configurando como penalidade, mas como medida de gestão pedagógica e social das vagas.

**7.3.** Constitui responsabilidade obrigatória a inscrição e a participação do estudante nos processos seletivos (certames) do IFMG, CEFET-MG e COLTEC/UFMG, ou em outras de Instituições de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que venham a substituí-los ou complementá-los, sempre que atendidos os critérios de elegibilidade, nos prazos e condições estabelecidos pelos respectivos editais.

**7.4.** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia.

Santa Luzia, 30 de dezembro de 2025.

HEVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

EVENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital	30/12/2025
Período de Inscrições	05/01/2025 a 20/02/2026

Divulgação da Lista dos Estudantes Selecionados	20/02/2026
Período para realizar a matrícula	23/02 a 27/02/2026
Início das aulas	02/03/2026
Período para convocação do cadastro reserva	05/03/2026 a 13/03/2026

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, torna público o extrato dos **1º Termos Aditivos aos Termos de Colaboração** firmados com Organizações da Sociedade Civil, cujo objeto é a execução de ações voltadas ao atendimento à Educação Infantil, conforme abaixo discriminado:

**Termo de Colaboração nº 004/2025 – Creche Irmã Fabíola**

Objeto: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração.

Vigência: até **31 de março de 2026**.

[1º termo aditivo TERMO DE COLABORAÇÃO 004-2025 IRMÃ FABIOLA](#)

**Termo de Colaboração nº 006/2025 – Associ**

**ção de Proteção à Infância e Assistência Social de Santa Luzia**

Objeto: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração.

Vigência: até **31 de março de 2026**.

[1º TERMO ADITIVO - TERMO DE COLABORACAO 006-2025- CRECHE MARIINHA MOREIRA](#)

**Termo de Colaboração nº 007/2025 – Grupo Espírita Amália Domingo Soler**

Objeto: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração.

Vigência: até **30 de abril de 2026**.

[1º termo Aditivo - TERMO DE COLABORAÇÃO 007-2025 PADRE GERMANO](#)

**Termo de Colaboração nº 008/2025 – Instituto Infantil Seara de Luz**

Objeto: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração.

Vigência: até **31 de março de 2026**.

[1º termo aditivo TERMO DE COLABORAÇÃO 008-2025 seara de luz](#)

**Termo de Colaboração nº 009/2025 – Creche Comunitária Senhora da Paz**

Objeto: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração.

Vigência: até **31 de março de 2026**.

[1º termo aditivo TERMO DE COLABORAÇÃO 009-2025 SENHORA DA PAZ](#)

Os Termos Aditivos têm por finalidade assegurar a continuidade das ações de atendimento à Educação Infantil, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais, inclusive objeto, valores e plano de trabalho, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 3.315/2018.

Santa Luzia/MG, 30 de dezembro de 2025.

**Heverton Ferreira de Oliveira**  
**Secretário Municipal de Educação**

GABINETE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025**

Prorroga o prazo para adesão ao Programa SANTA LUZIA EM DIA 2025, previsto no art. 3º da Lei nº 4.863, de 08 de agosto de 2025.

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 4.863, de 08 de agosto de 2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A adesão ao Programa SANTA LUZIA EM DIA 2025 poderá ser feita a partir de 01 de agosto de 2025 até o dia 31 de março de 2026, respeitando os dias e horários de funcionamento da Administração Pública Municipal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 29 de dezembro de 2025.

**PAULO HENRIQUE PAULINO E SILVA**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**

**MENSAGEM Nº 122/2025**

Santa Luzia, 29 de dezembro de 2025.

Exmo. Senhor Presidente,

Exmos. Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que “Prorroga o prazo para adesão ao Programa SANTA LUZIA EM DIA 2025, previsto no art. 3º da Lei nº 4.863, de 08 de agosto de 2025”.

O Programa SANTA LUZIA EM DIA 2025, instituído pela Lei nº 4.863, de 08 de agosto de 2025 foi uma importante ferramenta adotada no ano de 2025, capaz de prover os cofres municipais com ingressos financeiros em volume bastante satisfatório, com resultados superiores a outros instrumentos de cobrança.

Conforme previsto no art. 3º da referida lei municipal, o prazo original para adesão ao Programa SANTA LUZIA EM DIA 2025 vai até o dia 31 de dezembro de 2025. Entretanto, conforme manifestação e solicitação da Secretaria Municipal de Finanças – SMFI, considerando a importância do referido programa, mostra-se necessária e conveniente ao interesse público a sua prorrogação, considerando: a) a possibilidade maior alcance do programa de regularização fiscal, ampliando o número de contribuintes aptos à adesão; b) a contribuição para o incremento da arrecadação municipal, com reflexos positivos no equilíbrio fiscal, e; c) alinhamento à política municipal de recuperação de créditos tributários e não tributários, bem como às diretrizes adotadas em programas similares anteriormente instituídos pelo Município.

Nesse sentido, o presente projeto de lei visa ampliar até o dia 31 de março de 2026 o prazo para adesão ao referido Programa, mediante a alteração formal do art. 3º da Lei nº 4.863, de 08 de agosto de 2025.

Por fim, importa destacar que a proposição legislativa ora apresentada não acarretará impacto financeiro-orçamentário adicional, visto que não se promove alterações nas condições e descontos previstos no art. 2º da lei, mas tão somente o prazo para adesão ao Programa, estando dispensado da elaboração de estudo de impacto financeiro-orçamentário.

Diante do exposto, considerando o objetivo do Projeto de lei colocado sob o crivo do Poder Legislativo Municipal, certo de que ele receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus lustres pares, submeto-o à exame e votação, sob o regime de urgência, cujo rito ora solicito, nos termos do art. 52 da Lei Orgânica Municipal e conforme o Regimento Interno dessa Casa.

Cordialmente,

**PAULO HENRIQUE PAULINO E SILVA**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**

**LEI Nº 4.951, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025**

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santa Luzia – MG para o exercício financeiro de 2026.

O povo do Município de Santa Luzia, por seus representantes votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Santa Luzia para o exercício financeiro de 2026 compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referindo-se aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração direta e indireta a ele vinculados.

TÍTULO II  
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA  
DA RECEITA TOTAL

Art. 2º A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, é estimada em R\$ 920.000.000,00 (novecentos e vinte milhões de reais) desdobrada nos seguintes agregados:

I - Orçamento Fiscal, em R\$ 825.000.000,00 (oitocentos e vinte e cinco milhões de reais); e

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais).

Art. 3º As Receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 4º A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO II  
DA FIXAÇÃO DA DESPESA  
DA DESPESA TOTAL

Art. 5º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita orçamentária, é fixada em R\$ 920.000.000,00 (novecentos e vinte milhões de reais), nos termos do art. 8º, da Lei nº 4.850, de 16 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2026, nos seguintes agregados:

- I - Orçamento Fiscal, em R\$ 825.00.000,00 (oitocentos e vinte e cinco milhões de reais); e
- II - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais).

Art. 6º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 4.850, de 2025.

CAPÍTULO III  
DA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA POR ÓRGÃO

Art. 7º A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos III e IV desta Lei.

CAPÍTULO IV  
DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO

Art. 8º Ficam os chefes dos Poderes Legislativo e Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, podendo para tanto:

- I - o Presidente da Câmara Municipal remanejar dotações do orçamento próprio do Poder Legislativo Municipal; e
- II - o Prefeito Municipal lançar mão dos recursos definidos nos incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 43 da Lei Nacional nº 4.320, de 1964.

Parágrafo único. Fica autorizada a alteração e a inclusão de fontes de recursos, inclusive folha de pagamento e modalidades de aplicação, das ações constantes da Lei Orçamentária de 2026 e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, para atender às necessidades de execução da receita e da despesa, por ato do Poder Executivo.

TÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Administração, Estratégia e Gestão de Pessoas.

Art. 10. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Parágrafo único. As dotações de que trata o caput poderão, igualmente, ser utilizadas na celebração de instrumentos e convênios com instituições do terceiro setor, observada a legislação vigente e as normas aplicáveis à formalização de parcerias com entidades sem fins lucrativos.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite de 5% (cinco por cento), com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicados à matéria.

TÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 12. Fica o Poder Executivo, após anuência específica do Poder Legislativo, autorizado a contratar e oferecer garantias e empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 13. Fica o Poder Executivo, após anuência específica do Poder Legislativo, autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contra garantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 14. O Prefeito no âmbito do Poder Executivo poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme o art. 5º da Lei nº 4.850,de de 2025.

Art. 15. A Despesa Municipal, consignada no Orçamento Municipal à título de subvenções e contribuições sociais, será definida em Lei específica.

§ 1º As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual apresentadas pelos Vereadores, no limite de 1,4% (um inteiro e quatro décimos por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista no Projeto de Lei, serão de execução orçamentária e financeira obrigatória, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nesta Lei e na Lei Orgânica do Município.

§ 2º Para fins de destinação dos percentuais descritos no §2º deste artigo, entende-se por ações e serviços públicos de saúde todas as iniciativas, diretas ou indiretas, voltadas à prevenção, promoção, proteção e recuperação de saúde, conforme a Constituição e a Lei Complementar nº 141/2012, que possam ser executadas pela Administração Pública por instituições do terceiro setor aptas a receber emenda impositivas

Art. 16. Constituem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- I - Anexo I - Estimativa da Receita Total por categoria econômica e segundo a origem dos recursos da fonte;
- II - Anexo II - Estimativa da Receita Total por categoria econômica e origem dos recursos de todas as fontes;
- III - Anexo III - Despesas por função - Recursos de todas as fontes;
- IV - Anexo IV - Despesas por Poderes/Órgãos;
- V - Anexo V:
  - a) Demonstração da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas;
  - b) Demonstrativo das Receitas segundo as categorias econômicas
  - c) Despesa segundo as categorias econômicas;
  - d) Programa de trabalho - Órgãos, unidades, subunidades orçamentárias;
  - e) Demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades;
  - f) Demonstrativo de despesa de funções, subfunções e programas conforme o vínculo com recurso;
  - g) Demonstrativo de despesas por órgãos e funções;
  - h) Quadro de detalhamento da despesa (Q.D.D.); e
- VI - Anexo VI - Emendas Parlamentares Individuais Impositivas à Lei Orçamentária Anual de 2026.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 30 de dezembro de 2025.

PAULO HENRIQUE PAULINO E SILVA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

ANEXO I

(a que se refere o art. 3º)

link de acesso ao Anexo I:<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/XV25O-QxkcEIvjdv>

ANEXO II

(a que se refere o art. 4º)

link de acesso ao Anexo II:<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/DN-JhUsHHiMoo8Hq>

ANEXO III

(a que se refere o inciso III do caput do art. 16)

link de acesso ao Anexo III:<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/jg42AcU-KnTqcWG5>

ANEXO IV

(a que se refere o inciso IV do caput do art. 16)

link de acesso ao Anexo IV:<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/9jEY-yE0YIg44L3P>

ANEXO V

(a que se refere o inciso V do caput do art. 16)

link de acesso ao Anexo V:<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/Chb-34fy3bk8fh5d>

ANEXO VI

(a que se refere o inciso VI do caput do art. 16)

link de acesso ao Anexo VI:<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/mLBCrY-gRNGMFZAw>

LEI Nº 4.952, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Santa Luzia - MG para o quadriênio de 2026 a 2029.



O povo do Município de Santa Luzia, por seus representantes votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui do Plano Plurianual do Município de Santa Luzia para o quadriênio de 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal, de 1988, estabelecendo, para o período, as diretrizes, os programas de governo com seus respectivos objetivos e indicadores e as ações governamentais com suas metas.

Art. 2º Integra a presente Lei do Plano Plurianual o Anexo Único contendo as previsões de arrecadação, diretrizes, despesa por função e sub função, programas, objetivos, metas e ações governamentais para o quadriênio 2026/2029.

Art. 3º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

Art. 4º A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projetos de lei específico ou de revisão geral.

§ 1º A proposta de alteração ou inclusão de programas conterà no mínimo:

I - diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida; e

II - identificação dos efeitos financeiros ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 2º Considera-se alteração de programa:

I - adequação da denominação, dos objetivos, dos indicadores e do público alvo; e

II - inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias.

§ 3º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes no Anexo Único desta Lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a antecipar o cumprimento ou quantitativo de metas, desde que já tenha cumprido todos os programas previstos para o exercício de execução e desde que as disponibilidades orçamentárias e financeiras sejam suficientes.

Art. 6º As prioridades de execução das metas para cada exercício serão estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 7º Quando da elaboração das propostas orçamentárias dos exercícios de 2027 a 2029, o Poder Executivo deverá encaminhar Projeto de Lei de Revisão Geral do Plano Plurianual, para compatibilizá-lo com a proposta orçamentária elaborada e com os anseios da população municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 30 de dezembro de 2025.

PAULO HENRIQUE PAULINO E SILVA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

ANEXO ÚNICO

(a que se refere o art. 2º)

link de acesso ao Anexo Único: <https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/Q30WVoa6HvyYcvM>

SECRETARIA MUNICIPAL  
DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE ATA

**ARP Nº 099/2025 – PE 022/2025.** Objeto: Aquisição eventual e futura de 68 (sessenta e oito) medicamentos considerados de maior urgência, cujos estoques encontram-se em nível baixo ou crítico, visando garantir a continuidade do acesso à saúde e o atendimento integral aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, especificados no item 1 do Termo de Referência, anexo *I do edital*. Empresa: MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. Vigência: 05/01/2026 a 04/01/2027. Valor: R\$ 405.000,00. Disponível em [www.santaluzia.mg.gov.br](http://www.santaluzia.mg.gov.br).

EXTRATO DE ADITIVO

**5º TERMO ADITIVO AO CT Nº 07/2022 – PE Nº 112/2021.** Objeto: Contratação de empresa especializada na realização de procedimentos de diagnósticos laboratoriais, exames de análises clínicas, conforme demandas das unidades de urgência e emergência do município de Santa Luzia. Empresa: LABORATORIO SPINA MENDES LTDA. Vigência: 05/01/2026 a 04/01/2027. Valor: R\$ 84.516,63. Disponível em [www.santaluzia.mg.gov.br](http://www.santaluzia.mg.gov.br).

SECRETARIA MUNICIPAL  
DE CULTURA E TURISMO

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMPC

A **Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Luzia/MG (CMPC)**, no uso de suas atribuições, com fundamento no Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Luzia/MG (CMPC), aprovado pelo Decreto nº 4.519/2025,

**CONSIDERANDO** as disposições do Decreto nº 4.338, de 06 de maio de 2024, que “Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC de Santa Luzia - MG para o biênio de 2024/2026;

**CONSIDERANDO** o calendário de reuniões ordinárias do CMPC estabelecido pela Resolução da Presidência do CMPC Nº 013/2025, de 17 de dezembro de 2025; e

**CONSIDERANDO** o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais para o mês de setembro de 2025, conforme disposto na Resolução da Presidência do CMPC Nº 010/2025,

**CONVOCA** todos os membros titulares e suplentes do CMPC, para a reunião ordinária presencial a ser realizada no dia **09 de janeiro de 2026**, sexta-feira, das 9h às 11h, no Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida situado na Rua Direita, nº 367, Centro Histórico, Santa Luzia/MG; e

**ORIENTA** aos demais cidadãos ou entidades que desejem participar da referida reunião, que se inscrevam para tal, por meio da aba “Oportunidades” da Plataforma Mapa Cultural de Santa Luzia/MG, conforme disposição regimental.

Proposta inicial de pauta de reunião:

Deliberações sobre atas de reunião (Aprovação da ata da reunião anterior e deliberação sobre correção de erro material em ata);

Deliberação acerca da autorização para elaboração da identidade visual do Fundo Municipal de Cultura;

Deliberação acerca da autorização para proposição de vinculação da regulamentação da Lei 4.053/2019, ao Fundo Municipal de Cultura;

Deliberação acerca da autorização para abertura de edital de chamamento público com recursos do Fundo Municipal de Cultura, em 2026;

Deliberação acerca da autorização para abertura de chamamento público com fim em captação de recursos para o Fundo Municipal de Cultura;

Deliberação sobre aprovação de suplente para o segmento de Literatura;

Discussão e construção de proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) 2027; e

Planejamento do II Fórum Temático de Artes e Ofícios.

Santa Luzia/MG, 30 de dezembro de 2025.

Regilene de Carvalho Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC

Secretária Municipal da Cultura e do Turismo – SMCT

Prefeitura Municipal de Santa Luzia – PMSL

PORTARIA DA COMISSÃO JULGADORA Nº 04/2025

Homologa e divulga o resultado final e a classificação dos vencedores do Concurso Natal Iluminado de Luzia, referente ao Edital nº 01/2025.

A Presidente da Comissão Julgadora do Concurso "Natal Iluminado de Luzia", Sra. Magda Carolina Cardoso Amaral, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** as disposições do Edital de Concurso Cultural Nº 01/2025 “Natal Iluminado de Luzia”, em especial, aquelas dispostas em seu item 9, referente aos resultados, premiação e recursos;

**CONSIDERANDO** a conclusão da Segunda Etapa (Avaliação Técnica), realizada pela Comissão Julgadora no dia 26 de dezembro;

**CONSIDERANDO** a apuração final das notas e a deliberação soberana da Comissão Julgadora, que resultou na classificação final dos participantes; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de dar ampla publicidade ao resultado final do certame, declarando os vencedores em cada categoria;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Homologar o resultado final do Concurso Natal Iluminado de Luzia.

**Art. 2º** Declarar os finalistas e vencedores do certame, conforme a classificação e pontuação final definida pela Comissão Julgadora:

# Poder Executivo

Terça-feira, 30 de dezembro de 2025

Diário Oficial do Município

5

## Categoria Residencial

- 1º lugar:** Adriana Queiroga (56,74 pontos)
- 2º lugar:** Maria Elisa Costa Nascimento (54,82 pontos)
- 3º lugar:** Ariane Vieira dos Reis (54,80 pontos)

## Categoria Comercial

- 1º lugar:** Especialista Imóveis (56,02 pontos)
- 2º lugar:** Colégio Fabia Kids (55,12 pontos)
- 3º lugar:** Ula Açaí (50,11 pontos)

## Categoria Espaço Público

- 1º lugar:** Ultra 2 Net Telecon (51,03 pontos)
- 2º lugar:** Egilvane Lima dos Anjos Sampaio (48,78 pontos)
- 3º lugar:** Comercial Manchester (48,38 pontos)

**Art. 3º** Convocar os vencedores listados no Art. 2º para a Cerimônia de Premiação, a ser realizada no dia 31 de dezembro de 2025, no Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida, localizado à Rua Direita nº 367, Centro Histórico, às 09 horas.

**Art. 4º** Ficam disponibilizados nos anexos desta Portaria a relação detalhada da pontuação obtida pelos candidatos que foram classificados para a segunda etapa.

**Art. 5º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

Santa Luzia/MG, 30 de dezembro de 2025.

MAGDA CAROLINA CARDOSO AMARAL  
Presidente da Comissão Julgadora

## ANEXO I – CATEGORIA RESIDENCIAL

Nome do Candidato	Total critério 1: Criatividade e Originalidade da Decoração: Inovação, diferenciação e singularidade da proposta	Total critério 2: Harmonia e Estética do Conjunto da Ornamentação: Equilíbrio visual, cores, formas e proporções.	Total critério 3: Fidelidade à Temática: Adequação aos símbolos, cores e significados tradicionais do natal.	Total critério 4: Aproveitamento Criativo do Espaço Disponível: Utilização inteligente e eficaz da área decorada.	Total critério 5: Qualidade do Capricho e Acabamento dos Detalhes: Atenção aos menores, esmero na execução e boa conservação.	Total critério 6: Impacto Visual Geral: Capacidade de encantar, atrair e transmitir a mensagem natalina ao público.	Somatório das notas	Média
Adriana Pereira Queiroga	56,5	57,5	58,5	48	68,4	58,3	397,20	56,74
Maria Elisa Costa Nascimento	65,9	62,6	64,30	63	64	63,80	383,80	54,82
Ariane Vieira dos Reis	65,7	64,5	54,40	66	66,6	66,30	383,60	54,8
Criane ramos barbalho Menezes	56,5	53,5	56,00	58	61,5	65,00	350,00	50
Jéssica Marcelle Botelho Peçanha Alves	59,1	50,3	61,60	48	59,5	64,30	342,50	48,92
Renan Santos	53,7	54,3	56,80	56	48,5	57,30	326,70	46,67
Jocasta Carvalho Moreira Oliveira	54,6	53	58,10	56	47,3	56,40	325,30	46,47
Marco Antônio Ferreira	49,6	54,6	54,00	46	54,36	61,70	320,46	45,78
Sonia Sabrina Chaves	44,7	49,5	55,00	55	54,5	56,50	315,00	45
Stephane a Luane Liberato Noronha	47,1	41,3	51,60	45	44	47,60	276,80	39,54

Natalia Cristina do Reis Silva	44,1	40,3	51,90	41	45,8	46,30	269,70	38,52
--------------------------------	------	------	-------	----	------	-------	--------	-------

**OBS:** Este Anexo é parte integrante da PORTARIA DA COMISSÃO JULGADORA Nº 04/2025.

## ANEXO II – CATEGORIA COMERCIAL

Nome do Candidato	Total critério 1: Criatividade e Originalidade da Decoração: Inovação, diferenciação e singularidade da proposta	Total critério 2: Harmonia e Estética do Conjunto da Ornamentação: Equilíbrio visual, cores, formas e proporções.	Total critério 3: Fidelidade à Temática: Adequação aos símbolos, cores e significados tradicionais do natal.	Total critério 4: Aproveitamento Criativo do Espaço Disponível: Utilização inteligente e eficaz da área decorada.	Total critério 5: Qualidade do Capricho e Acabamento dos Detalhes: Atenção aos menores, esmero na execução e boa conservação.	Total critério 6: Impacto Visual Geral: Capacidade de encantar, atrair e transmitir a mensagem natalina ao público.	Somatório das Notas	MÉ-DIA
Caio Alves	66,9	65,6	58,2	67,7	66,8	67	392,20	56,02
Colégio Fábia kids	63,8	62,5	62,6	64,7	65,9	66,4	385,90	55,12
Ulisses de Souza Bruno Ribeiro	56	59	63	49,50	59,5	63,8	350,80	50,11
Wendy Souza Santos	57,1	58,6	58,3	57,7	57,1	60,2	349,00	49,85
Nilton Barbosa Gonçalves	50,4	54,4	50,1	55,4	53,7	46,4	310,40	44,34
Alexandre Rocha	41,3	53,4	53,7	51,9	53,5	55,1	308,90	44,12
Juarez Fernandes Pinto	45,1	43,5	49,7	43,6	45,1	43,5	270,50	38,64
Angelica Cássia Santos	39,3	41,3	42,1	38	41,5	40,8	243,00	34,71
Pizzaria Rosa de Saron	34,5	34,7	43,7	34,3	36,6	37,3	221,10	31,58
Lucas Valeriano	34,8	33,9	40,1	33,2	37,2	38,2	217,40	31,05

**OBS:** Este Anexo é parte integrante da PORTARIA DA COMISSÃO JULGADORA Nº 04/2025.

## ANEXO III – CATEGORIA ESPAÇO PÚBLICO

Nome do Candidato	Total critério 1: Criatividade e Originalidade da Decoração: Inovação, diferenciação e singularidade da proposta	Total critério 2: Harmonia e Estética do Conjunto da Ornamentação: Equilíbrio visual, cores e proporções.	Total critério 3: Fidelidade à Temática: Adequação aos símbolos, cores e significados tradicionais do natal.	Total critério 4: Aproveitamento Criativo do Espaço Disponível: Utilização inteligente e eficaz da área decorada.	Total critério 5: Qualidade do Capricho e Acabamento dos Detalhes: Atenção aos menores, esmero na execução e boa conservação.	Total critério 6: Impacto Visual Geral: Capacidade de encantar, atrair e transmitir a mensagem natalina ao público.	Somatório das Notas	MÉ-DIA
Ultra-2Net Telecom	55,4	58,4	61,6	59,2	60,80	61,86	357,26	51,03
Egilvane Lima dos Anjos Sampaio (MEI)	54,6	56,3	58,2	55,1	56,90	60,4	341,50	48,78
Comercial Manchester	52,2	54,8	61,09	60,3	52,20	58,1	338,69	48,38
Pizzaria Rosa de Saron	54,6	54,2	57,1	55,6	56,80	57,4	335,70	47,95

**OBS:** Este Anexo é parte integrante da PORTARIA DA COMISSÃO JULGADORA Nº 04/2025.